

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

## As razões de Mário Juruna

ORACY NOGUEIRA

**P**ara se aquilatar a importância de se preservar o mandato parlamentar do índio Mário Juruna, convém tecer considerações sobre sua dupla representação e sobre sua situação cultural.

Em primeiro lugar, Juruna é um dos remanescentes de uma população nativa que, há quase cinco séculos, vem sofrendo um impiedoso genocídio, por parte do conquistador branco. Expulsão de suas terras, espolição, escravização, estupro, assassinios, doenças, destruição de seu habitat e de sua cultura, enfim, todas as desgraças que os homens podem infligir a seus semelhantes, compõem a experiência de vida dos índios, desde a chegada do conquistador europeu; e não são apenas lembranças esmaecidas do passado, uma vez que as gerações atuais de nativos continuam expostas à toda sorte de desventuras.

Na verdade, a situação das populações indígenas é, atualmente, mais desesperadora que no passado, visto não mais haver, no território nacional, espaços ainda não devassados e não visados pela expansão demográfica e econômica da população não indígena, onde se possam isolar.

A sociedade nacional desenvolveu dispositivos culturais ou ideológicos para se insensibilizar ante as desgraças dos indígenas. Assim, criou-se o estereótipo do índio agressivo, cruel, indolente e com quantas qualidades negativas que pudessem justificar sua dizimação. A própria história oficial do Brasil e da América abre-se com o capítulo sobre a "descoberta", deixando subentendido que os índios não contavam como seres humanos, contribuindo para sua coisificação — sua transformação em obstáculo aos desígnios "civilizatórios" do branco, equiparável aos animais ferozes e à própria floresta intransponível. O horror ao índio e a dendrofobia são elementos xifópagos da cultura nacional.

Mais de um século e meio após a separação de Portugal, com Juruna, pela primeira vez, o Brasil tem um representante político indígena a se dirigir a toda a sociedade nacional — e de certo modo a toda a humanidade — em nome de sua gente massacrada. Seu aqodamento e sua incontinência verbal são explicáveis pelo secular represamento de ressentimento que precedeu sua ascensão à cena nacional. Com ele, pela primeira vez a sociedade nacional tem o índio como interlocutor não subalterno, o que é irrecusavelmente saudável para ela, pela autocrítica a que é levada pelo modo desinibido, desenvolto, por que é chamada à fala pelos séculos acumulados de injustiça contra sua gente.

Por sua condição de índio e por sua auto-identificação, Juruna é um representante genuíno do segmento da população nacional de que faz parte; e representante não apenas no sentido de delegado, mas também como símbolo que representa esse segmento demográfico na consciência nacional.

Além de representante da população indígena remanescente, Juruna também o é daqueles brasileiros que, independentemente de sua genealogia, se identificam com a causa indígena e propugnam pela preservação dessa população e pelo respeito aos seus direitos. A sensibilização de um número sempre cres-



cente de brasileiros pela causa do índio é um dos sintomas das profundas mudanças por que a sociedade nacional vai passando.

A proteção às populações nativas, não apenas no território brasileiro, mas por toda a parte em que a expansão da Europa Ocidental, nestes últimos cinco séculos, levou à justaposição de populações indígenas e invasoras, além de ser um imperativo de ordem ética, também corresponde à necessidade de preservação do patrimônio cultural e material do conjunto da humanidade.

Os povos preletrados, com suas culturas próprias, representam modos alternativos de existência humana e são depositários de um saber sobre a natureza — a flora, a fauna e os fenômenos meteorológicos — até há pouco menosprezado pela ciência ocidental, porém, cuja importância esta vem cada vez mais reconhecendo. O índio brasileiro, por exemplo, vive na e da natureza viva, sem destruí-la, tendo a humanidade muito que aprender com o seu preservacionismo.

Nesta fase da História, em que se está desenvolvendo uma consciência cada vez mais intensa e generalizada dos efeitos ecológicos catastróficos da expansão do capitalismo, a condição de guardiões ecológicos passa a ser um novo argumento em favor dos grupos indígenas com apelo ao egoísmo esclarecido de segmentos da população não indígena.

Quanto à situação cultural de Mário Juruna, não conhecendo sua biografia, apenas poderei fazer conjeturas com base em suas manifestações de domínio público.

Em primeiro lugar, ele é membro de um grupo em aculturação e desculturação, dois processos convergentes, porém, distintos. O primeiro consiste na troca de elementos culturais entre grupos em contato, troca que tende a ser assimétrica, uma vez que o processo é desencadeado pela penetração de representantes de um grupo invasor no habitat do grupo indígena. Este, como tradicionalmente tem ocorrido no Brasil, é levado a perder sua língua, sua religião, seus costumes, enfim, sua cultura, e a substituí-la pela do invasor. Isto implica, na melhor das hipóteses, em perda de autonomia e de auto-respeito pelo grupo indígena. Tal processo abre caminho para a destribalização, isto é, para a dispersão e perda de auto-identificação pela população

indígena. É a caboclicização do indígena, sua transformação em camada subalterna da população rural, destituída da terra e dos recursos de sobrevivência do indígena e, consequentemente, à mercê dos donos da terra.

Há anos, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira caracterizou o índio destribalizado como "a verdadeira consciência infeliz".

Para se ter uma idéia dos efeitos da destribalização, basta contrastar o hígido, robusto e enérgico índio tribal com o caboclo desdentado, desnutrido e maltrapilho.

A deculturação consiste na perda sem compensação de elementos culturais. É o empobrecimento cultural pelo desaparecimento das condições em que os elementos culturais eram operacionais. Assim, privada de um território para a perambulação, rico de fauna para a caça e pesca e de flora para a coleta de frutos e de outros recursos vegetais, e forçada a uma vida sedentária, uma tribo está irremediavelmente condenada à deculturação.

Na prática, os efeitos da aculturação e da deculturação tendem a se confundir. Em geral, o caboclo é um índio aculturado, isto é, que foi levado a adotar a cultura do branco; e deculturado, porque perdeu elementos da rica cultura tribal sem lograr acesso a elementos correspondentes da cultura do dominador.

É possível que na personalidade do índio Juruna haja sequelas dos processos mencionados. Entretanto, o fato de falar bem a língua de seu grupo e mal a dos brancos sugere que foi socializado em condições de autonomia cultural, o que é reforçado pelo orgulho com que ostenta sua identidade étnica. É possível, também, que sua participação em ambas as culturas — a tribal e a do branco — tenha resultado ou venha a resultar, segundo a reflexão de Simmel, na dupla perspectiva do próximo e do distante que distingue os indivíduos que viveram em mais de uma cultura dos que sempre viveram na mesma cultura em que foram socializados. Ainda bem que os parlamentares brasileiros tenham tido o bom senso de não nos privarem das admoestações que ainda nos poderão advir desse desenvolvimento transculturado!